



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 5701/2010</b>		
Ementa <b>DISPÕE A RECEPÇÃO, DEPOSIÇÃO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE QUALQUER NATUREZA, EM ATERROS SANITÁRIOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>		
Data da Norma <b>10/03/2010</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Em vigor 90 dias após a publicação</b>		
Observações <b>Aterro, lixo</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
06/03/2019	<a href="#">Lei Ordinária nº 7090/2019</a>	Revogada parcialmente pela
06/03/2019	<a href="#">Lei Ordinária nº 7090/2019</a>	Alterada pela



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**LEI Nº 5.701 DE 10 DE MARÇO DE 2010.**

***“Dispõe sobre a recepção, deposição e disposição de resíduos de qualquer natureza, em aterros sanitários localizados no Município, e dá outras providências”.***

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** A coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de qualquer espécie ou natureza, processar-se-á em condições que não tragam malefício à saúde, ao bem estar público e ao meio ambiente.

§ 1º O Município de Indaiatuba coibirá, nos termos da legislação vigente:

- a) A deposição indiscriminada de resíduos sólidos em locais impróprios;
- b) A queima e a disposição final a céu aberto;
- c) O lançamento de resíduos sólidos em águas superficiais, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimba e áreas erodidas;
- d) O assoreamento de nascentes, através da colocação de resíduo sólido, entulho e outros materiais.

§ 2º É obrigatório o adequado, acondicionamento, armazenamento, coleta diferenciada, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sempre obedecidas às normas técnicas vigentes.

§ 3º O Município de Indaiatuba poderá estabelecer nas zonas urbanas, os locais onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverão ser efetuadas em nível domiciliar, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.

**Art. 2º** O tratamento, quando for o caso, o transporte, a deposição em áreas de transbordo e a disposição final dos resíduos sólidos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, quando não forem de responsabilidade do Município, deverão ser feitos pela própria fonte geradora.

*Texto compilado pela Câmara Municipal de Indaiatuba, atualizado até a Lei nº 7.090, de 6/3/2019. Este texto não substitui o original publicado na Imprensa Oficial do Município.*



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

~~**Art. 3º** Os aterros sanitários localizados no Município, públicos ou particulares, só poderão recepcionar resíduos domiciliares, inertes, de saúde ou industrial, para a respectiva destinação final, que sejam gerados em Indaiatuba, observadas as normas ambientais, sanitárias e urbanísticas, e das demais exigências técnicas previstas na legislação vigente.~~

~~**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às autorizações e aprovações já expedidas pelo órgão ambiental competente, até a data da vigência desta lei para a disposição de resíduos de outras localidades, no aterro sanitário atualmente existente no Município.~~

**Art. 3º** Os resíduos sólidos e os rejeitos gerados dentro ou fora do território do município de Indaiatuba poderão ser recebidos para destinação e/ou disposição final ambientalmente adequada em empreendimento instalado ou que vier a ser instalado no município de Indaiatuba, após o respectivo licenciamento ambiental pertinente, observadas as normas ambientais, sanitárias, urbanísticas, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e demais exigências técnicas previstas na legislação vigente. [“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 7.090, de 6/3/2019](#)

§ 1º Para efeitos do *caput* deste artigo, consideram-se as definições e as classificações especificadas na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. [Parágrafo com redação dada pela Lei nº 7.090, de 6/3/2019](#)

§ 2º Para os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, somente aplica-se o disposto no *caput* deste artigo na hipótese de operação, com o licenciamento ambiental respectivo, de empreendimento ou unidade que faça o reaproveitamento/valorização dos resíduos. [Parágrafo acrescido pela Lei nº 7.090, de 6/3/2019](#)

§ 3º Os resíduos sólidos e rejeitos gerados fora do município de Indaiatuba, serão destinados exclusivamente para a usina de reaproveitamento/valorização. [Parágrafo acrescido pela Lei nº 7.090, de 6/3/2019](#)

~~**Art. 4º** Qualquer construção, ampliação, reforma ou renovação das licenças e autorizações atualmente em vigor, somente poderão ser concedidas, após serem ouvidos os órgãos ambientais competentes, inclusive o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e desde que cumpridos os demais requisitos técnicos previstos na legislação vigente, especialmente **Resoluções CONAMA 01/86**, 237/1997, **Resolução SMA 54/2004**, e alterações subsequentes. [Revogado pela Lei nº 7.090, de 6/3/2019](#)~~



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 10 de março de  
2010.

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ  
PREFEITO**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA**

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

Aut. Nº	10/10
P.L. Nº	10/10
Publ.:	12/03/10

**LEI Nº 5.701 DE 10 DE MARÇO DE 2010.**

***“Dispõe sobre a recepção, deposição e disposição de resíduos de qualquer natureza, em aterros sanitários localizados no Município, e dá outras providências”.***

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - A coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de qualquer espécie ou natureza, processar-se-á em condições que não tragam malefício à saúde, ao bem estar público e ao meio ambiente.

**§ 1º** - O Município de Indaiatuba coibirá, nos termos da legislação vigente:

- a) A deposição indiscriminada de resíduos sólidos em locais impróprios;
- b) A queima e a disposição final a céu aberto;
- c) O lançamento de resíduos sólidos em águas superficiais, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimba e áreas erodidas;
- d) O assoreamento de nascentes, através da colocação de resíduo sólido, entulho e outros materiais.

**§ 2º** - É obrigatório o adequado, acondicionamento, armazenamento, coleta diferenciada, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sempre obedecidas às normas técnicas vigentes.

**§ 3º** - O Município de Indaiatuba poderá estabelecer nas zonas urbanas, os locais onde a separação e seleção de resíduos sólidos deverão ser efetuadas em nível domiciliar, comercial ou de prestação de serviços, para posterior coleta seletiva.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**Art. 2º** - O tratamento, quando for o caso, o transporte, a deposição em áreas de transbordo e a disposição final dos resíduos sólidos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, quando não forem de responsabilidade do Município, deverão ser feitos pela própria fonte geradora.

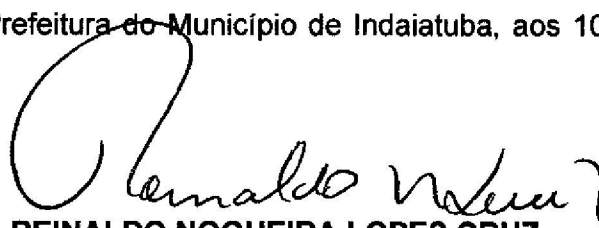
**Art. 3º** - Os aterros sanitários localizados no Município, públicos ou particulares, só poderão recepcionar resíduos domiciliares, inertes, de saúde ou industrial, para a respectiva destinação final, que sejam gerados em Indaiatuba, observadas as normas ambientais, sanitárias e urbanísticas, e das demais exigências técnicas previstas na legislação vigente.

**Parágrafo único** – O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às autorizações e aprovações já expedidas pelo órgão ambiental competente, até a data da vigência desta lei para a disposição de resíduos de outras localidades, no aterro sanitário atualmente existente no Município.

**Art. 4º** - Qualquer construção, ampliação, reforma ou renovação das licenças e autorizações atualmente em vigor, somente poderão ser concedidas, após serem ouvidos os órgãos ambientais competentes, inclusive o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e desde que cumpridos os demais requisitos técnicos previstos na legislação vigente, especialmente Resoluções CONAMA 01/86, 237/1997, Resolução SMA 54/2004, e alterações subsequentes.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 10 de março de 2010.

  
**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO**